

A MULHER NEGRA E O CUIDADO ATRAVESSAMENTOS DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO NO MATERNAR NEGRO

Pabliny Marques de Aquino
(Universidade Federal de Goiás)

RESUMO	ABSTRACT
<p>Este trabalho propõe um debate sobre os impactos interseccionais do racismo e das opressões de gênero e classe e nas relações de cuidado, com um enfoque específico na mulher negra e sua vivência de maternidade. Partimos da perspectiva de Joan Tronto (1997) para discutir o cuidado por um viés social, cultural e político. Tronto explora o cuidado através de uma abordagem feminista, o que nos permite ultrapassar as discussões sobre o cuidado como algo restrito ao campo privado e subjetivo e expandi-las para um campo teórico-crítico. Utilizando a metodologia de Narrativas de Vida, conforme Bertaux (2010), exploramos a história de uma mulher negra que compartilhou sua trajetória e a de sua mãe, permitindo um aprofundamento teórico e crítico da questão do cuidado. Essa narrativa fornece uma perspectiva rica e singular, trazendo voz, corpo e cor à discussão, o que possibilita uma análise mais profunda sobre os papéis historicamente atribuídos às mulheres negras no contexto do cuidado. Historicamente, essas mulheres são associadas ao papel de cuidadoras, mas paradoxalmente, muitas vezes lhes é negado o direito de serem cuidadas e de exercerem livremente o cuidado com os seus próprios filhos. Através dessa narrativa, busca-se evidenciar e questionar a naturalização da função de cuidadora atribuída à mulher negra, ao mesmo tempo que se analisa a exclusão sistêmica que impede que o cuidado lhes seja plenamente garantido e reconhecido.</p>	<p>This paper proposes a debate on the intersectional impacts of racism, gender and class oppression on caregiving relationships, with a specific focus on Black women and their experiences of motherhood. We draw on Joan Tronto's (1997) perspective to discuss caregiving from a social, cultural, and political lens. Tronto explores caregiving through a feminist approach, allowing us to move beyond discussions of care as something confined to the private and subjective sphere and to bring it into a theoretical-critical field. Using the Life Narratives methodology, as proposed by Bertaux (2010), we explore the story of a black woman who shared her and her mother's life trajectory, enabling a deeper theoretical and critical examination of the issue of care. This narrative provides a rich and unique perspective, bringing voice, body, and color to the discussion, which facilitates a more profound analysis of the roles historically assigned to Black women in the context of caregiving. Historically, these women are associated with the role of caregivers, yet paradoxically, they are often denied the right to be cared for and to freely exercise care for their own children. Through this narrative, we seek to highlight and question the normalization of the caregiving role assigned to Black women, while also analyzing the systemic exclusion that prevents them from having care fully guaranteed and recognized.</p>

PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
Cuidado; mulher negra; narrativa de vida; maternidade; maternidade negra; racismo	Care, Black woman; life narrative; motherhood; black motherhood; racism

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo investigar, a partir de um olhar teórico-crítico e da escuta de mulheres negras, como a intersecção entre raça, gênero e classe, influencia as dinâmicas das relações de cuidado em nossa sociedade. Para tanto, traremos em destaque as marcas do entrecruzamento dessas opressões – raça, sexo e classe –, a partir de narrativas de mulheres negras (pretas e pardas), filhas de mulheres

negras, acerca do cuidado e da maternidade.

Este artigo é resultado parcial da dissertação de mestrado intitulada *Maternidade enquanto espaço de resistência*: um estudo exploratório de narrativas de mulheres negras goianas¹. Neste estudo, utilizamos a abordagem metodológica das narrativas de vida, conforme proposto por Bertaux (2010), o que nos permitiu acessar profundamente as experiências individuais de cada mulher, incluindo suas memórias, percepções, sentimentos de pertencimento, inquietações e aspirações. Simultaneamente, essas narrativas nos oferecem um terreno onde podemos apreender a realidade social que dá contorno a essas vivências narradas.

As narrativas de vida se constituíram como ferramenta de geração de dados para pesquisa científica na primeira metade do século XX, a partir da Sociologia, da Psicologia Social e da Antropologia, e se estabeleceram como um movimento de resistência às metodologias tradicionais de pesquisa (Lima; Santos, 2021). Surgem, também, como uma alternativa para trazer ao centro a voz de pessoas que foram historicamente colocadas à margem e questionam a suposta neutralidade do fazer científico e da hierarquização do conhecimento que, socialmente, coloca o pesquisador como o único detentor do saber.

Os relatos, escutados por nós, são carregados de experiências marcadas pelo racismo estrutural bem como pelo racismo institucional e cotidiano. Eles refletem as experiências de mulheres, que narram as ausências do cuidado materno que lhes foram impostas ao longo de suas vidas. Essas histórias são marcadas pela dor e revolta diante de vivências pessoais, contornadas por opressões sociais, raciais, de classe e gênero. Nos leva a refletir sobre a ausência de cuidado materno para aquelas filhas que, devido à atual estrutura social opressiva e excludente, não puderam recebê-lo, uma vez que suas mães precisavam se ocupar cuidando de outras pessoas. As vozes dessas filhas ecoam as experiências de muitas outras, enfatizando a importância de um debate teórico sobre o cuidado. Nesse contexto, introduzimos a narrativa de Vera Eunice, uma mulher negra de 29 anos, filha de uma mulher negra.

Vera Eunice nos relata como a vida de sua mãe foi marcada pelo ato de zelar por outras pessoas, o que acabou por deixar pouco tempo e energia para cuidar de si e de suas próprias filhas. Sua mãe desempenhou uma série de papéis relacionados ao amparo e à manutenção da vida, tanto no âmbito no mundo privado, quanto no mundo do trabalho remunerado. Foi responsável pelo cuidado dos sete irmãos e dedicou 25 anos de sua vida a cuidar de uma família branca e de classe média para quem

¹ O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) de uma universidade pública; e contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em forma de bolsa de pesquisa.

trabalhava. Vera Eunice observa que, na esfera privada, sua mãe dedicou sua atenção e zelo principalmente aos homens, enquanto ensinou às mulheres a necessidade de serem “guerreirinhas”.

Essa narrativa de vida traz contribuições significativas para a discussão teórica sobre o cuidado, destacando tensões importantes que merecem reflexão, diálogo e demanda por mudanças. Isso está alinhado com a perspectiva feminista de Joan Tronto (1997), que nos convida a entender que o cuidado vai além do simples ato de zelar pelo outro com amor e bondade. As relações de cuidado estão profundamente ligadas à configuração das instituições políticas e sociais em nossa sociedade capitalista, que historicamente foi moldada por uma ideologia racista e sexista, e, como consequência, sistematicamente oprime e marginaliza a mulher negra. E compreendendo isso, nossa análise também dialoga com as teorizações de Lélia Gonzalez (1982/2020; 1985/2020), especialmente em relação ao lugar histórico imposto às mulheres negras como cuidadoras das famílias brancas.

Para a construção desse diálogo, este artigo está estruturado em três partes. Inicialmente, oferecemos uma breve contextualização histórica e social, centrando nossa atenção na experiência das mulheres negras no Brasil. Em seguida, dedicamo-nos à exploração conceitual e discussão do cuidado, examinando-o sob uma lente sociológica. Por fim, apresentamos trechos da narrativa de Vera Eunice e conduzimos uma análise crítica que os relaciona às demais discussões do texto.

1 CASA-GRANDE E SOBRADO: LUGARES DE CUIDADO

Então minha mãe continua sendo ama de leite, minha mãe continua sendo a que faz os trabalhos domésticos, né? A que cuida e que cuida dessas pessoas que agora que são idosas e que são brancas e que precisa colocar uma comida na boca, trocar uma fralda, ela continua maternando. E assim, eu acho que ela não terá a oportunidade de ser maternada (Vera Eunice).

Partimos da compreensão de que a intersecção do patriarcado e do colonialismo durante o período da escravidão produziu situações perversas que marcam, historicamente a trajetória de mulheres negras. Ainda que a ordem jurídica tenha sido formalmente transformada com a abolição da escravatura, os efeitos dessas estruturas persistem, submetendo-nos a continuidade de violência e desumanização em diversas dimensões: social, econômica, política (Gonzalez, 1982/2020, 1985a/2020) e psíquica (Aquino, 2021).

Para compreender a profundidade dessas marcas, é preciso retomar o início na trajetória vivida por muitas de nossas ancestrais. Estas mulheres, oriundas de diferentes nações, com línguas diversas e enraizadas em várias culturas, foram sequestradas e

transportadas nos navios negreiros, sujeitas a uma série de violências físicas e simbólicas, destinadas a desumanizar completamente seus corpos (hooks, 2019). Arrancadas de suas terras natais, famílias, religiões e culturas, chegaram no Brasil como objetos, meras ferramentas a serem exploradas em benefício do lucro e do privilégio de uns poucos.

Homens e mulheres negros eram considerados propriedade dos senhores e enfrentavam longas e exaustivas jornadas de trabalho em condições extremamente precárias, independentemente do campo em que atuavam, seja na agricultura, minas, engenhos, residências ou centros urbanos. Essa realidade era marcada pela ameaça constante de punições. Contudo, as mulheres negras, devido à intersecção de sua condição de gênero com a escravidão, vivenciavam situações únicas. Seus corpos eram explorados conforme a conveniência dos senhores, frequentemente reduzindo-as à condição de meras fêmeas, como destacado por Angela Davis (1981/2020).

O encontro entre o colonialismo e o patriarcado agravou ainda mais a situação dessas mulheres. Essa ordem social vigente, permitia que os senhores exercessem livremente seus desejos e atrocidades sobre os corpos das mulheres negras, alegando que isso estava dentro de seus direitos de proprietários, respaldados por um discurso social que legitimava tal brutalidade. Assim, as mulheres escravizadas eram submetidas a castigos físicos, estupros e até à reprodução forçada, tudo isso em prol da manutenção da força de trabalho escravizada (Davis, 1981/2020; Giacomini, 1988). No entanto, o intenso trabalho físico executado juntamente com os homens negros escravizados e essas violências físicas foram parte da complexa experiência das mulheres negras escravizadas. Visto que essas mulheres passaram também por diversas violências simbólicas, negações e imposições. Situação que pode ser visualizada e discutida a partir da figura da “mucama”.

As mucamas foram mulheres escravizadas, destituídas de vida privada e reduzidas à condição de cuidadoras das famílias brancas. Com o tempo, essa função foi se desdobrando nos papéis de “ama de leite” e “mãe-preta”. Como mucamas, assumiram a responsabilidade pela manutenção das casas, enquanto, como amas de leite, cuidavam dos filhos da Casa-Grande. Desempenhavam uma gama de funções, desde a limpeza até o serviço de cuidado às famílias brancas, um trabalho que as impedia de estar com seus próprios filhos (Gonzalez, 1982/2020). Isso fez com que, dentro da Casa-Grande, a relação materna se expressasse de forma paradoxal, tornando possível o cuidado das crianças brancas, mas, ao mesmo tempo, negando a oportunidade à mãe-preta de desenvolver laços afetivos com seus próprios filhos, discussão presente na análise sócio-histórica de Giacomini (1998).

A autora centra sua atenção na situação enfrentada pelas mulheres escravizadas. Neste trabalho, destaca que a maternidade dessas mulheres foi marcada pela negação,

pois eram obrigadas a desempenhar o papel de cuidadoras das famílias brancas, em detrimento de seus próprios filhos. A partir de anúncios de jornais da época, evidencia a comercialização das mulheres escravizadas que eram compradas e alugadas para assumirem o papel de cuidadoras de outras crianças que não as suas. E nesse contexto de comercialização arbitrária, era comum ocorrer a separação entre mãe e filho com poucos dias de vida, como fica demonstrado nos seguintes trechos:

Aluga-se, para ama-de-leite, uma preta com leite de 15 dias, muito limpa, de muito bom leite e sabe coser e tratar bem de crianças (O Annuncio: Folha Diária, 26/02/1874, apud Giacomini, 1988, p. 52).

Vende-se uma preta, moça, com bom leite, com o filho ou sem elle, que tem dous mezes [Jornal do Commercio, 08/08/1850, apud Giacomini, 1988, p. 53).

Ao lermos esses trechos, recordamo-nos da “Mãe Preta” de Lucílio de Albuquerque (1912). A imagem da mãe negra amamentando a criança branca, com o olhar direcionado a seu filho, ilustra a vivência de muitas de nossas ancestrais.



Fig. 1. Albuquerque. *Mãe preta*. Óleo sobre tela, 180 x 130 cm, 1912. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural.

Esses relatos e a obra destacam a vulnerabilidade das relações maternas durante a escravização, enfatizando a contradição frente à função de cuidadoras desempenhadas pelas mães negras escravizadas. Elas eram frequentemente alugadas e comercializadas para servir como cuidadoras das famílias brancas, enquanto, ao mesmo tempo, sua ausência e o sacrifício pessoal em relação aos seus próprios filhos eram sistematicamente apagados e negligenciados pela história. Como observado por Gonzalez (1983/2020), a mãe-preta desempenhava um papel materno na casa-grande, sendo a responsável pelo zelo, amamentação e atendimento às necessidades das crianças pertencentes a esse contexto, mas muitas vezes não podia estar presente para cuidar de seus próprios filhos.

Mesmo após a abolição da escravidão, essa condição persistiu, conforme documentado por Gonzalez (1982/2020; 1985a/2020), com as mulheres negras continuando a enfrentar a intersecção das opressões de raça, classe e gênero.

Davis (1981/2020), em suas análises, destaca como o trabalho sempre ocupou um espaço predominante na vida das mulheres negras, perpetuando um padrão estabelecido desde os tempos da escravização. As mulheres escravizadas, acima de tudo, eram trabalhadoras em tempo integral para seus proprietários, tendo raras oportunidades de desempenhar os papéis de esposa, mãe e dona de casa. Essas dinâmicas deixaram marcas profundas na formação social brasileira e nas famílias afetadas por essa história. A sociedade ainda enxerga o corpo da mulher negra como um corpo destinado à servidão, incumbido de cuidar, mas frequentemente privado de receber cuidados em troca (Gonzalez, 1985b/2020).

A estrutura social, de forma contínua, forja sistemas de opressão que servem aos interesses da preservação da ordem sociopolítica e econômica, incorporando e complexificando elementos do racismo, do capitalismo e do sistema cisheteropatriarcal. Essas opressões se entrelaçam, criando uma teia complexa que molda a realidade das mulheres negras, impondo desigualdades profundamente enraizadas (Gonzalez, 1985a/2020).

Assim, vemos a persistência das opressões sociais enfrentadas pela população negra. Mesmo após aquilo que Gonzalez (1984/2020) caracterizou como “falsa abolição”, as modalidades de opressão e exploração não cessaram, na realidade, passaram por modificações que são úteis à manutenção do atual sistema. Nesse contexto, o racismo, enquanto articulação ideológica, desempenha um papel crucial na manutenção da desigualdade social, pois ele cria uma divisão racial do trabalho que beneficia as estruturas socioeconômicas capitalistas, permitindo a exploração de uma parte da população enquanto mantém outra em posições de privilégio. Como resultado, não é surpreendente que a força de trabalho negra seja frequentemente confinada a empregos de menor qualificação e remuneração. E assim, mesmo após 135 anos “continuamos marginalizados na sociedade brasileira que nos discrimina, esmaga e empurra ao desemprego, subemprego, à marginalidade, negando-nos o direito à educação, à saúde e à moradia decente” (Gonzalez, 1984/2020, p. 302).

Nesse contexto, a estratificação social, que opera nas dimensões de gênero e raça, posiciona as mulheres negras, majoritariamente, nos estratos mais subalternos da sociedade. Assim, muitas de nós estamos concentradas em empregos com menor remuneração e permanecemos na base da pirâmide social. Dados da Relação Anual de

Informações Sociais² (RAIS apud Smartlab, 2023), referentes ao ano de 2019 evidenciam essa desigualdade: ao abordar a interseccionalidade de gênero e raça nas disparidades salariais, evidencia, que naquele ano, as mulheres negras recebiam apenas 54,5% do salário em comparação com os homens brancos.

Esse dado reflete não apenas a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, mas também a discriminação racial persistente, que coloca as mulheres negras em uma posição de maior vulnerabilidade econômica. Essa realidade salienta a invisibilidade e a subordinação enraizadas nesse passado histórico, que permeiam suas ocupações, particularmente aquelas relacionadas ao cuidado. E assim, nossas avós, nossas mães e muitas de nós ainda permanecem nos sobrados, nos apartamentos e condomínios de alto padrão, cuidando dos membros das famílias brancas, a fim de garantir a subsistência de nossos filhos e filhas.

De acordo com dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (DIEESE), as mulheres negras ocupam, majoritariamente, funções voltadas para o cuidado, seja nas atividades de limpeza e manutenção de espaços públicos e privados, ou na dedicação aos cuidados de pessoas. Além disso, essas mulheres representam a maioria das trabalhadoras domésticas, compreendendo 67,3% do total (DIEESE, 2022). E ainda, em uma análise mais aprofundada que considera o recorte por cor ou raça no indicador “Número de horas semanais dedicadas às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, por sexo”, revela que as mulheres negras são as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos (IBGE, 2021).

Dados que, após quase quatro décadas, ainda refletem a resposta fornecida por Lélia em uma entrevista concedida em 1985 (Gonzalez, 1985b/2020). Quando questionada sobre a situação da mulher negra no Brasil, ela enfatizou que, nas zonas urbanas, a presença da mulher negra é predominante no setor de serviços domésticos. Esse cenário nos mostra de maneira contundente como a opressão e a exploração históricas moldaram drasticamente as vidas das mulheres negras, especialmente no que diz respeito às relações de cuidado. O período do escravismo deixou marcas profundas na organização social brasileira (Gonzalez, 1985a/2020), marcas que ultrapassam âmbito material e invadem o campo psíquico (Aquino, 2021), produzindo feridas (hooks, 2010) que mesmo após cinco séculos não puderam ser curadas.

É notável que as atribuições permanecem essencialmente as mesmas, porém em um cenário totalmente transformado. Agora, o capital não apenas torna esse trabalho invisível e subalterno, mas também o incorpora e o intensifica, em prol da reprodução

² A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um instrumento de gestão governamental, que visa a coleta de dados sobre o mercado de trabalho formal no país e a elaboração de estatísticas sobre os vínculos empregatícios, subsidiando políticas públicas e o acesso a direitos trabalhistas.

do modo de produção capitalista. Anteriormente, sob o domínio dos senhores de escravos, essa exploração se manifestava por meio da exploração sexual e do serviço na Casa Grande, incluindo a função de ama de leite. Hoje, essa exploração persiste em um contexto diferente, mas as opressões sociais continuam a produzir e endossar a perpetuação da inferiorização e invisibilização da mulher negra brasileira (Gonzalez, 1985/2020).

2 A MULHER NEGRA E O CUIDADO: QUEM PODE SER CUIDADO NO BRASIL?

Até o momento, exploramos a realidade histórica e social que as mulheres negras no Brasil enfrentaram. No entanto, é crucial agora compreender o que queremos dizer quando falamos de cuidado. O racismo e a hierarquização de gênero são elementos intrínsecos à sociabilidade brasileira, que não formulou normas justas, nem imbricou em relações democráticas de cuidado. Por vezes olhamos para o cuidado por meio de uma naturalização cultural historicamente construída. Quando cuidamos de alguém, estamos construindo uma relação de proximidade e afeto, na qual a responsabilidade e o compromisso são contínuos. De fato, cuidar traz a necessidade de envolvimento emocional, “implica algum tipo de responsabilidade e compromissos contínuos” (Tronto, 1997, p. 187), envolve questões emocionais, exige dedicação de tempo, energia, atenção e conhecimento destinados a alguém.

Para Marlene Tamanini (2018), o cuidado não se estrutura, em nossa sociedade, por uma lógica democrática e equitativa. Ao contrário, as relações de cuidado são atravessadas e organizadas por marcadores de gênero, raça e classe socioeconômica, o que formula situações extremamente desiguais, tanto nos vínculos estabelecidos no mundo do trabalho quanto aqueles construídos na esfera privada. Para a autora essa desigualdade de acesso ao cuidado, de recebê-lo ou de exercê-lo, sustentada por hierarquias históricas e sociais, revela uma não-ética do princípio do cuidar, uma vez que esse princípio deveria, idealmente, se pautar pela justiça, equidade e reconhecimento mútuo.

Apesar de destacar a dificuldade de definição do conceito de cuidado, a autora traz algumas concepções acerca do cuidado, recorre às definições presentes na língua inglesa – *care* – e na francesa – *soin* –, e destaca as dificuldades inerentes à busca de consenso tanto em termos semânticos quanto políticos. Assim, define que “o termo *care* se refere a uma atitude para com os outros que pode ser traduzida para o francês como ‘atenção’, ‘preocupação’, ‘solicitude’, ‘cuidado’ e ‘zelo’” (Tamanini, 2018, p. 48). Cada uma dessas traduções captura diferentes aspectos do significado do cuidado. “Atenção” enfatiza a forma de perceber o mundo do outro, enquanto “preocupação” e “solicitude” se referem a maneiras de se preocupar com o outro. E embora a autora, não defina diretamente o

termo “zelo” em sua análise sobre cuidado, podemos compreendê-lo como um tipo de dedicação atenta, marcada por um compromisso ético e afetivo. “Cuidado” implica envolver-se ativamente com o outro, o que engloba tanto a disposição de atenção, quanto a consciência de responsabilidade e preocupação com o bem-estar desse outro.

Neste trabalho partimos das análises de Joan Tronto (1997) para discutirmos o cuidado por um viés social, cultural e político. A autora explora o cuidado por meio de uma abordagem feminista, o que possibilitou ultrapassar as discussões do cuidado em um campo privado e subjetivo, e trazê-las a um campo teórico-crítico. Sua abordagem possibilita discussões amplas a respeito do cuidado, tanto em termos de questões morais, como na necessidade de reivindicação de estruturação das instituições públicas e sociais.

Para Tamanini (2018), Tronto (1997) mostra a materialidade do cuidado, pois possibilita pensarmos o cuidado para além da relação dual construída por sentimentos, destacando a relação com as instituições. Não se trata, portanto, de preocupar-se com o cuidado, mas também de ações práticas de cuidado que necessitam de conhecimento, o que exige tempo e dedicação. A partir dessa análise podemos discutir o cuidado por uma perspectiva desnaturalizada, olhando para os corpos que historicamente cuidam, e para esses mesmos corpos cujo cuidado por vezes se ausenta. Essa marginalização do cuidado é constituída pelos contextos políticos e reflete uma divisão das atividades sociais que não é arbitrária, mas sim, sistemática e estrutural, atravessada por relações de poder e pela lógica de exploração sustentada pelo racismo, pelo gênero e pelo capitalismo.

A produção teórica feminista teve grande importância na expansão das discussões acerca do cuidado, trazendo à tona debates sobre marginalização do cuidado e identificação com a figura feminina. O ato de cuidar, quando observado à luz de uma perspectiva crítica feminista, revela-se como um conceito profundamente enraizado em questões de gênero, poder e desigualdade. Embora o cuidado seja frequentemente percebido como uma expressão de preocupação e afeto pelo outro, é fundamental reconhecer que a carga desse trabalho recai de maneira desproporcional sobre as mulheres, especialmente sobre as mulheres negras (Tamanini, 2018).

A abordagem feminista de Tronto (1997) lança luz sobre a distinção de gênero historicamente construída, que atribui às mulheres responsabilidades específicas diante do cuidado, o que reflete e perpetua as desigualdades de poder entre homens e mulheres. A autora apresenta-nos dois modos de refletirmos conceitualmente o cuidado, trazendo a distinção entre “cuidado com” e “cuidado de”. “Cuidado com” é muitas vezes associado a objetos menos concretos, relacionados ao domínio público da vida, um domínio que, em grande parte devido à nossa estrutura social sexista, tem sido historicamente reservado aos homens, que “preocupam-se” com a justiça, por exemplo. Por outro lado, o “cuidar de” é caracterizado por um compromisso mais específico e

direcionado, centrado em um objeto particular que se torna o epicentro das práticas de cuidado. Ao longo da história, essa forma mais intensa de cuidado, o “cuidar de”, tem sido sistematicamente atribuída às mulheres. Somos compelidas, muitas vezes por meio de um jogo moral, a assumir o papel de cuidadoras das necessidades particulares, concretas e simbólicas dos outros, sejam elas de natureza física, espiritual, intelectual, psicológica ou emocional.

Cuidar é uma atividade regida pelo gênero tanto no âmbito do mercado como na vida privada. As ocupações das mulheres são geralmente aquelas que envolvem cuidados e elas realizam um montante desproporcional de atividades de cuidado no ambiente doméstico privado. Para colocar a questão claramente, os papéis tradicionais de gênero em nossa sociedade implicam que os homens tenham “cuidado com” e as mulheres “cuidem de” (Tronto, 1997, p. 189).

Essa divisão de gênero no cuidado não é apenas uma coincidência cultural, mas sim um reflexo das estruturas de poder profundamente arraigadas em nossa sociedade. Ela perpetua a ideia de que as preocupações “menos concretas” do mundo público são mais importantes e valorizadas do que as necessidades específicas e imediatas que estão ligadas ao “cuidar de”. O que acaba por refletir, nas relações de trabalho, nas quais as mulheres muitas vezes ocupam posições de menor remuneração e prestígio nas áreas de cuidado, quanto no âmbito doméstico, são pressionadas a assumir a responsabilidade pelo cuidado da casa, da família e de outros, muitas vezes às custas de suas próprias aspirações e liberdade. Pois, como já pontuado, esse tipo de dedicação demanda um compromisso contínuo, exigindo tempo, energia, atenção e conhecimento (Tronto, 1997). Essa demanda constante por cuidado pode sobrecarregar as mulheres, impedindo-as de construir laços afetivos à sua maneira, de investirem em suas formações educacionais, carreiras e outras oportunidades que poderiam promover sua independência financeira e bem-estar. Mas, é crucial reconhecer que a responsabilidade desproporcional pelo cuidado não é apenas uma questão de gênero, mas também de raça. Mulheres negras frequentemente enfrentam uma carga ainda maior devido a todo o contexto histórico, social e político, discutido anteriormente.

O racismo e a hierarquização de gênero formularam, equivocadamente, a naturalização do lugar da mulher negra enquanto cuidadora da família branca, ao mesmo tempo em que negou o cuidado às famílias negras. A organização social da relação entre cuidar e ser cuidado está ancorada em padrões historicamente construídos que operam de forma excludente, colocando a mulher negra no centro das opressões estruturais (Gonzalez, 2020/1982; 2020/1985a). O estereótipo da mulher negra, enquanto a mãe-preta da família branca, construído no sistema colonialista, frequentemente a explora

e exaure, ao passo que sua significativa contribuição para a sociedade é frequentemente subestimada. Nesta mesma direção, o estereótipo da mulher negra como naturalmente forte, resistente e vocacionada para o cuidado ainda se mantém, contribuindo para a negação de sua humanidade e para a invisibilização de suas necessidades subjetivas. Esse imaginário não apenas molda percepções sociais, mas também, se concretiza em práticas institucionais e econômicas.

Ao considerarmos as circunstâncias específicas das mulheres negras, fica evidente que o domínio das relações de trabalho remunerado no âmbito do cuidado se expandiu tanto — como visto nos dados do IBGE apresentado aqui — que, muitas vezes, somos impedidas de desfrutar da esfera da vida doméstica e de cuidar de nossos próprios filhos, realidade que pode ser observada na narrativa de Vera Eunice.

3 NARRATIVA DE VIDA: A DOR DA AUSÊNCIA DO CUIDADO

Minha mãe foi ausente porque ela precisou tá presente na vida de outras crianças, que não as dela (Vera Eunice).

A narrativa de vida de Vera Eunice incorpora vários elementos que entrelaçam as esferas afetivas e sociais, trazendo corpo, raça e subjetividade para o âmbito de nossa discussão teórica. Vera Eunice compartilha conosco uma parte de sua história, e nesse relato pessoal, também nos traz a história de sua mãe: “Minha mãe era doméstica, ela trabalhou vinte e cinco anos na casa da mesma família” (Vera Eunice). Duas gerações de mulheres negras compartilhando a semelhança de não terem experimentado o cuidado. Uma mãe cuja vida foi moldada por décadas de cuidado com os outros desde a infância, e uma filha que lamenta não ter tido a oportunidade de receber cuidado cotidiano dessa mãe, conforme podemos perceber em:

Igual minha mãe né? Cuidava dos irmãos, da mãe, dos filhos e do marido e da patroa e dos filhos da patroa e dos netos da patroa você vai cuidar de todo mundo sabe? E quem materna essas mulheres? Tem uma frase assim: ‘Quem cuida da mulher que cuida?’ (Vera Eunice).

3.1 UMA TRAJETÓRIA DE CUIDAR DO OUTRO

Tamanini (2018) apresenta em seu texto as contribuições do trabalho de Clare L. Stacey (2004). A autora inicia sua abordagem no campo da saúde, concentrando-se nas experiências das cuidadoras e sublinhando a invisibilidade que comumente as envolve. Ela investiga a “trajetória de cuidado” e realça a importância das narrativas pessoais das cuidadoras, as quais são cruciais para entender a relação delas com o papel de prover cuidados a outros, um papel que se tornou uma constante em suas vidas. Na maioria dos casos, essas mulheres já haviam desempenhado papéis de cuidado de forma não

remunerada para pessoas próximas antes de se tornarem cuidadoras profissionais.

Assim, o ato de cuidar não era algo inédito em suas vidas. Nesse cenário, a familiaridade com o cuidado era, muitas vezes, usada como justificativa para escolha profissional. Ou seja, cuidar inicialmente parecia ser considerado uma habilidade “natural” que elas empregaram para fornecer cuidados de forma gratuita, e agora essa mesma competência era utilizada para desempenhar suas funções no mercado de trabalho remunerado. Acontece que essa naturalização da função de cuidadora, encobre as pressões e opressões sociais sobre essas mulheres, além de distanciar as discussões necessárias para garantia dos direitos trabalhistas (Tamanini, 2018).

Esse cenário se torna evidente na história da mãe de Vera Eunice, conforme relatado pela interlocutora. A “trajetória de cuidado” de sua mãe teve início na infância e continuou ao longo de sua vida, uma realidade comum entre as mulheres negras, como apontado por Gonzalez (1985a/2020). A autora destaca que a expressão “trabalhar mais e ganhar menos” se concretiza na vida da população negra, uma vez que o sistema de estratificação social os direciona para ocupações mal remuneradas e instáveis, frequentemente para empregos informais sem garantias trabalhistas. Essa dinâmica exerce um impacto significativo na distribuição de renda nas famílias negras, levando muitas delas a envolver crianças e adolescentes no mercado de trabalho como uma necessidade para garantir a subsistência familiar. Nesse cenário, muitas meninas negras, com apenas oito ou nove anos de idade, como cita Gonzalez (1985a/2020), já estavam trabalhando nas casas de famílias ricas, sendo frequentemente impedidas de frequentar a escola.

A mãe de Vera Eunice foi uma dessas meninas. Ainda na infância, mudou-se para outro estado para morar e trabalhar na casa de uma família. No entanto, anos depois teve que voltar à sua cidade natal para cuidar de seus irmãos. E assim, durante a adolescência, assumiu o encargo exclusivo dos cuidados domésticos e pessoais de seus sete irmãos, sendo a única mulher entre eles, ela se viu responsável pelas tarefas domésticas, bem como pelas necessidades emocionais e pessoais desses irmãos. Nesse contexto, para contribuir com as despesas da família, voltou a trabalhar como empregada doméstica. E por vinte e cinco anos ela trabalhou para a mesma família, tendo cuidado da casa, dos filhos e dos pais de sua patroa.

Sabe uma coisa que é muito interessante na história da minha mãe? É porque, tipo assim, antes da gente nascer, antes dela cogitar a hipótese de ser mãe. Ela maternava os irmãos dela. Quem fazia todos os serviços? Quem cuidava de tudo e de todo mundo? A minha mãe. Ela já tinha tido uma sobrecarga absurda que era cuidar de todos aqueles irmãos, limpar, lavar, passar [...]. Ela fala, que eu acho que uns sete aninhos, ela já tinha que cozinhar em casa, ela já tinha que fazer as coisas em casa (Vera Eunice).

Vera Eunice também ressalta como o contexto social moldou a história dela e de sua mãe, que enquanto mulheres negras e de baixa renda, enfrentaram as opressões entrelaçadas do racismo e discriminação de gênero e classe. Elas experimentaram a interseção dessas formas de violência ao longo de suas vidas, que afetam as mulheres negras, mesmo após muitos anos da abolição da escravatura. Gonzalez (1983/2020) lança luz sobre essa continuidade ao caracterizar a empregada doméstica como uma espécie de “mucama permitida”. O estereótipo da mucama e da ama de leite, que denotava servidão e submissão durante o período escravocrata, ainda ressoa na representação atual da empregada doméstica e da babá, desdobrando-se no estereótipo da mãe-preta. Vera Eunice se questiona sobre isso:

Então minha mãe continua sendo ama de leite, minha mãe continua sendo a que faz os trabalhos domésticos, né? A que cuida e que cuida dessas pessoas que agora que são idosas e que são brancas e que precisa colocar uma comida na boca, trocar uma fralda, ela continua maternando. E assim, eu acho que ela não terá a oportunidade de ser maternada (Vera Eunice).

Diante disso, volto ao argumento de Stacey (2004, apud Tamanini, 2018) sobre como a “trajetória de cuidado” contribui para a naturalização do papel de cuidadora. É fundamental reconhecer que a “trajetória de cuidado” e a naturalização daí decorrente é influenciada, também, pela história social, o que se evidencia na narrativa de Vera Eunice e na teorização de Gonzalez (1982/2020, 1985/2020).

3.2 DE QUEM A MÃE DE VERA EUNICE PODE CUIDAR?

E também, eu entendo que as mulheres pretas elas vão precisar se desprender mesmo, né? Dos seus afetos, desse lugar, né? De cuidado, pra que cuide de outras pessoas [...] eu acho cruel com ela e com a gente principalmente, né? (Vera Eunice)

Quando abordamos a temática do cuidado, é fundamental considerar os marcadores sociais que permeiam essas relações, muitas vezes determinando quem será cuidado e quem será designado para cuidar. Neste contexto, é claro que as mulheres negras foram historicamente relegadas ao papel de cuidadoras das famílias brancas, um legado que remonta aos dias da escravidão, e que ainda hoje tem ação, conforme já discutido aqui. As mulheres negras, foram e ainda são, frequentemente, compelidas a priorizar as necessidades dos outros em detrimento das suas próprias, situação que atravessou as histórias de muitas de nós, de nossas avós e de nossas mães e tias.

Na narrativa de Vera Eunice, a raça, o gênero e a classe social emergem

constantemente como marcadores cruciais que afetam as oportunidades de cuidado, especialmente no contexto das mulheres e crianças negras. Vera Eunice pontua que no âmbito da vida privada sua mãe assumiu e continua a assumir a responsabilidade pelo cuidado de seus irmãos e de seu companheiro, mas não pôde cuidar de sua própria mãe, ao mesmo tempo em que esteve ausente nos cuidados com suas próprias filhas.

Tronto (1997) aborda que relações de cuidado são moldadas pelas desigualdades de gênero. É importante observar que os homens, com frequência, ocupam o lugar de quem é assistido, enquanto as mulheres são frequentemente designadas para o papel de provedoras de cuidados. A desigualdade de gênero assume uma complexidade ainda maior quando a entrelaçamos com as dimensões de raça e classe social, como evidentemente é ilustrado nas experiências de Vera Eunice e sua mãe. Isso ressalta como as mulheres negras, em particular, enfrentam desafios adicionais em relação ao cuidado, tanto em termos de fornecê-lo quanto de receber os cuidados de que necessitam. A narradora nos conta que: “Só de homens assim, e até hoje. Minha mãe parece que ela está disponível pra cuidar deles o tempo inteiro, resolver todas as coisas da vida deles. Mas é muito nesse lugar mesmo assim de maternas homens” (Vera Eunice).

Apesar de também serem atravessados pelas opressões de raça e classe, esses homens – tios e o pai de Vera Eunice – tiveram a oportunidade de receber cuidados. No entanto, Vera Eunice, sua mãe e sua irmã não compartilharam dessa mesma experiência. Sua mãe, em particular, não apenas foi privada dos cuidados de que necessitava, mas também foi forçada a assumir prematuramente o papel de cuidadora.

No contexto do trabalho remunerado, a mãe de Vera Eunice prestava cuidados a outros homens. Em seu trabalho, ela também cuidava de outras mulheres, que, embora enfrentassem a opressão de gênero e as pressões sociais para assumir responsabilidades de cuidado, não eram atravessadas pelas violências e barragens sociais impostas pelo racismo. Essas mulheres, e seus familiares, possuíam recursos financeiros que lhes permitiam receber cuidados. Interessante ressaltar que: para serem cuidadas, ou para terem suas casas limpas, muitas mulheres precisam pagar, uma realidade que muitos homens podem experimentar gratuitamente. Vera Eunice relata: “Então ela teve que maternas os irmãos, ela teve que maternas no trabalho dela, ela teve que maternas meu pai e aí não teve um tempo pra maternas a gente, não teve, sabe?”.

Como pudemos ver, historicamente, as mulheres negras enfrentaram uma realidade particular. Elas não apenas tiveram que desempenhar o papel de provedoras de cuidado, tal qual as mulheres brancas pertencentes à elite, mas também foram forçadas a lidar com os estereótipos racializados que as colocavam em uma posição de subalternidade (Davis, 1981/2020). Ademais, nossas ancestrais passaram por exploração complexa do cuidado e foram relegadas a funções de “mucamas”, “amas de leite” ou

“mães-pretas”, e hoje “empregadas domésticas”, “babás”, posições essas caracterizadas por cuidar das famílias brancas, frequentemente à custa de seu próprio bem-estar e do tempo que poderiam passar com seus próprios filhos.

Diante desse histórico, é fundamental compreendermos que o cuidado, embora relacional, não se restringe à lógica direta entre quem cuida e quem é cuidado. Tronto (1997) esclarece que o cuidado é relacional, no entanto, ao analisarmos a trajetória histórica apresentada até aqui, podemos perceber que o cuidado não se restringe apenas a essa dinâmica entre quem oferece e quem recebe o cuidado. Na realidade, tal relação reverbera para além da relação direta, alcançando até mesmo quem não está presente nela. Pois para estar disponível ao outro, muitas de nós, mulheres negras, somos levadas a abrir mão de nós mesmas e/ou da presença junto aos nossos filhos.

Podemos fazer um paralelo, entre as amas de leite que não podiam cuidar de seus próprios filhos e a situação atual, na qual muitas mulheres negras e pobres também enfrentam dificuldades para estar presente com seus filhos. Assim, ao longo da história, vemos corpos negros desempenhando o papel de cuidadores, ao mesmo tempo em que corpos negros não têm a oportunidade de receber os cuidados necessários devido às condições políticas, econômicas e sociais desfavoráveis. A narradora nos conta: “Minha mãe foi ausente porque ela precisou tá presente na vida de outras crianças, que não as dela” (Vera Eunice).

A mãe de Vera Eunice teve que se ausentar para poder garantir a subsistência de suas filhas, assim como tantas outras mães negras, que devido à desigualdade socioeconômica e à falta de políticas públicas, precisam manter-se nesses empregos. Foi por meio do trabalho de cuidar de outra família que ela pôde garantir as necessidades básicas, como comida, moradia, roupas e educação à sua família. Além do mais, essa ocupação acabou por ser uma forma de assegurar que a história não se repetisse, uma vez que Vera Eunice não precisou assumir o papel de cuidadora, o que lhe proporcionou a oportunidade de estudar e escapar do ciclo de cuidado voltado para outra família:

Tipo assim, não não tem muito dinheiro. Obviamente essas mães vão ser ausentes, sabe? Não tem como elas serem presentes se precisam pôr o que comer dentro de casa, se elas precisam pagar pra morar. A conta não fecha, no final, né? (Vera Eunice)

Ao lembrar sua infância, Vera Eunice expõe o contraste vivenciado entre as crianças brancas e as crianças negras nas dinâmicas de cuidado. Através de sua narrativa, ela expõe a discrepância vivenciada em sua infância: sua mãe conhecia muito mais as necessidades do filho de sua patroa do que as necessidades de sua própria filha:

As crianças brancas são muito assistidas e de diversas maneiras e modos possíveis,

ela tem uma babá, tem uma empregada, tem uma pessoa que vai ajudar ela no transporte dela, né? Pra ela fazer as atividades que são necessárias pra escola sempre vai ser uma criança assistida. Raramente essa criança vai tá sozinha. E normalmente as crianças pretas elas estão sozinhas, né? Na maior parte do tempo (Vera Eunice).

Vera Eunice traz em diversos momentos a solidão da criança negra como consequência de toda essa dinâmica das relações de cuidado, o que desperta uma discussão muito importante. Ela aponta para uma questão muitas vezes silenciada nas discussões sobre cuidado e opressões raciais: a criança negra, frequentemente, é deixada à margem desse sistema de cuidado moldado pelas questões de sexo, raça e classe.

3.3 OS CAMINHOS PELOS QUAIS O CUIDADO SE FEZ POSSÍVEL

A narrativa de Vera Eunice, escancara as complexas negações históricas que nos atravessam enquanto mulheres negras, ao contar sua história, destaca a interseccionalidade das opressões vivenciadas por nós, mulheres negras. Em sua história de vida, mostra-nos as problemáticas da formação social excludente e opressiva, e como isso cria barreiras diante das possibilidades de cuidado destinado a nós.

Entretanto, as palavras de Vera Eunice também nos lembram da resiliência das mulheres negras em encontrar maneiras de fornecer cuidado para si e para os seus, mesmo diante de tantos obstáculos. Apesar de todas as formas de negação e opressão, o cuidado encontrou espaço para se manifestar não apenas como garantia de subsistência, ele se fez nos pequenos momentos, como aos sábados, quando era dedicado ao cuidado dos cabelos:

Ela tinha dias de sentar com a gente e cuidar do nosso cabelo. Tipo, passar um creme e pentear e tirar os piolhos que a gente pegava na creche, né? E fazer uma trança e passar óleos no outro dia, sabe? Era no sábado, ela limpava a casa, depois ia tirar os piolhos (risos) e cuidar do cabelo (Vera Eunice).

Ainda que marcados pela escassez de tempo, pela exaustão e pela ausência de condições ideais, esses gestos de zelo e atenção com os cabelos das filhas evidenciam formas de cuidado que resistem à lógica da negação e da exclusão. São momentos nos quais o afeto se manifesta como possibilidade, mesmo quando o mundo insiste em sua impossibilidade.

A cena narrada por Vera Eunice nos convoca a reconhecer o quanto o afeto, em nossas trajetórias, foi muitas vezes interdito ou arrancando à força pelas exigências de sobrevivência nessa estrutura racista que desumaniza nossas existências e experiências. Essa delicadeza em meio a tanto negação nos revela o quanto o amor materno, para muitas de nós, mulheres negras, precisa atravessar estruturas sociais que não o

reconhecem nem o sustentam.

É sobre isso que nos fala hooks (2010), ao ressaltar que o sistema escravocrata e as divisões raciais criaram condições extremamente desafiadoras para nós, não apenas no âmbito social, mas também no emocional. A opressão e a exploração distorcem e frequentemente obstruem a possibilidade das mães negras de cuidarem de seus filhos e filhas. Não obstante, a narrativa de Vera Eunice, e esse trecho, em particular, nos faz refletir sobre como o cuidado persiste como um ato de resistência e amor na maternidade das mulheres negras, mesmo quando as estruturas sociais não fornecem o apoio adequado, que deveriam oferecer. Isso ecoa nas narrativas de outras mães, como Carolina Maria de Jesus (1992/2019), e em inúmeras experiências cotidianas de mulheres que enfrentam desafios semelhantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel de cuidadora historicamente atribuído à mulher negra trouxe diversas implicações sociais e econômicas a nós, mulheres negras, e a nossas famílias. Nos trabalhos de cuidado que realizamos nos sobrados, apartamentos e condomínios de alto padrão, raramente se tem contratos formais, salários ou condições justas, o que prejudica as possibilidades de mobilidade social e garantias trabalhistas mínimas, como, por exemplo, auxílio-doença, licença maternidade remunerada e a aposentadoria.

Este texto não tem a pretensão de esgotar o tema abordado, mas sim estimular o debate sobre como as opressões de gênero, classe e raça contribuem para a formulação de desigualdades nas relações de cuidado, afetando profundamente a vida de muitas mulheres, seus filhos e filhas. A pressão social que historicamente nos atribuiu o papel de cuidadora da família branca restringiu nossas possibilidades de autocuidado e de cuidado aos nossos próprios filhos, instaurando e perpetuando tanto a solidão da criança negra, quanto a sobrecarga psíquica, emocional e física que recai sobre nós. Situações como essas produzem impactos significativos na nossa saúde mental e no desenvolvimento psicossocial das crianças negras.

hooks (2010) pontua que nós, pessoas negras, temos sido profundamente feridas e essa ferida emocional que carregamos afeta nossa capacidade de sentir e consequentemente, de amar. Ao escutar Vera Eunice, recordamos desse texto, porque ali, estávamos escutando uma filha falando de sua ferida, da ferida que a ausência dos cuidados maternos lhe causou. E, ao mesmo tempo, algumas falas da entrevistada fizeram-nos refletir a respeito das dores que essa mãe pode carregar, por não ter podido ser cuidada, e também por não ter podido estar tão presente na vida de suas filhas.

Os traumas e as feridas emocionais, citadas por hooks (2010) e por Vera Eunice se

entrelaçam com as complexas dinâmicas de gênero, raça e classe. Cuidar é político, e as discussões feitas por Tronto (1997) e Tamanini (2018) são fundamentais, mas o cuidado também está no campo dos afetos, e isso historicamente tem sido retirado de nós, e o que muitas vezes nos resta é o estímulo de sermos “*guerreirinhas*”, mas,

Guerreiras precisam vestir armaduras. [...]. Guerreiras têm força para cuidar dos filhos dos outros, enquanto os seus são obrigados a ficar à mercê. [...] Guerreiras têm força para engolir a angústia de terem sua beleza menos valorizada e considerada menos atraente nas relações afetivas e sexuais. [...]. Guerreiras têm demanda de amor, relações, ao mesmo tempo em que muitas cicatrizes. Precisam se armar e se defender para evitar que novos ataques alcancem feridas ainda abertas. Precisam se armar e se defender para evitar que novos ataques alcancem feridas ainda abertas. Até para amar, mulheres negras precisam lutar. A vivência do amor configura-se como um ato de resistência (Prestes, 2013, p. 158).

A mãe de Vera Eunice transmitiu a importância de ser resiliente, possivelmente usando essa “qualidade” como um escudo para enfrentar as complexidades da dinâmica de cuidado que lhe foi imposta. Diante de tudo que discutimos até aqui, encerramos este trabalho parafraseando Clélia Prestes (2013): Até para se cuidar, mulheres negras precisam lutar. A vivência do cuidado configura-se como um ato de resistência.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L. **Mãe preta**. Disponível em:

<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3242/mae-preta>. Acesso em: 02 set. 2023.

AQUINO, P. M. **As vicissitudes da constituição subjetiva da mulher negra**: apontamentos psicanalíticos. 2021. (Trabalho de conclusão de curso) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

BERTAUX, D. A perspectiva etnossociologia. In: CAVALCANTI, Z; LAVALLÉE, D. **Narrativas de vida**: a pesquisa e seus métodos, Natal: EDUFRN, 2010, p. 23-45.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2020[1981].

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Trabalho doméstico**. São Paulo: DIEESE, 2022.

IBGE. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2021.

GIACOMINI, S. M. **Mulher e escrava**: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil (Coleção negros em libertação). Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1988.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. *In: GONZALEZ, L. Por um feminismo Afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020[1982], p. 49-64.

GONZALEZ, L. Mulher negra. *In: GONZALEZ, L. Por um feminismo Afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020[1985a], p. 94-111.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: GONZALEZ, L. Por um feminismo Afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020[1983], p. 75-93.

GONZALEZ, L. O racismo no Brasil é profundamente disfarçado. *In: GONZALEZ, L. Por um feminismo Afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020[1984]. p. 302-305.

GONZALEZ, L. Mito do feminino na revolução do malê. *In: GONZALEZ, L. Por um feminismo Afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020[1985b.], p.306-309.

hooks, b. Sexismo e a experiência da mulher negra escravizada. *In: DIEGUES, I (Ed.). E eu não sou uma mulher?* Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019[1983]. p. 37-90.

hooks, b. **Vivendo de amor**. Tradução Maísa Mendonça. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 13 set. 2023.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 9. ed. São Paulo: Ática, 2019[1992].

LIMA, P. M. R.; SANTOS, L. G. Interações em Pesquisa: A ética da pesquisa e a pesquisa ética com narrativas de vida. **Revista sociais & Humanas**, 34, p. 85-99, 2021.

PRESTES, C. R. S. **Feridas até o coração, erguem se negras guerreiras. Resiliência em mulheres negras**: transmissão psíquica e pertencimentos. 2013. 175f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SMARTLAB. **Raça e Interseccionalidade**. Observatório da Diversidade e da Igualdade de Oportunidades no Trabalho, 2023.

TAMANINI, M. Para uma epistemologia do cuidado: Teorias e políticas. *In: TAMANINI, M. (Org.). O cuidado em cena*: desafios políticos, teóricos e práticos. Florianópolis: UDESC, 2018, p. 31-70.

TRONTO, J. C. Mulheres e Cuidados: O que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? *In: BORDO, S. R.; JAGGAR, A. M. Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos, 1997. p. 186-203.

Título em inglês:

Black Women and Care: Race, Class, and Gender Intersections in Black Motherhood